

Limites Críticos

Daniel Puglia

Uma das tarefas mais desafiadoras do pensamento crítico talvez seja conhecer a história pregressa de seus dilemas e resoluções. Com o intuito de contribuir para tal conhecimento, ao menos no que concerne às literaturas em língua inglesa, comentaremos alguns dos principais feixes interpretativos das três últimas décadas do século passado. Seguimos, no essencial, o estudo de Chris Baldick que elenca de maneira diligente e cuidadosa tais desdobramentos¹.

Dentro do variado campo de forças em que se desenvolveram as correntes críticas a partir dos anos setenta, podemos distinguir algumas proposições principais: o domínio da linguagem como esfera a ser privilegiada para a análise, o combate à noção de sujeito como entidade coerentemente constituída, bem como o abandono da busca por uma unidade orgânica na obra de arte. Essas características podem ser consideradas menos uma ruptura e mais um aprofundamento de tendências nos debates teóricos das décadas anteriores. Como consequências futuras, e ainda que com nuances, muito do que viria a ser feito nos anos oitenta, noventa e na primeira década do novo século teria como pauta – tanto para defesa como para ataque – essa tríade formada pelo primado da linguagem e pela revisão tanto das noções de sujeito quanto de unicidade imanente para a avaliação literária.

Muitos dos impulsos libertários e progressistas oriundos dos anos sessenta foram derrotados, aplacados ou sofreram um processo de modificação até que fossem, por fim, quase que descaracterizados. Em linhas gerais, o desejo por mudanças na década de sessenta cerrava fileiras em torno das lutas por liberdades individuais e pela justiça social. Ao mesmo tempo, vivia-se os estertores do chamado Estado de bem-estar social, em maior medida na Europa e, até certo ponto, nos Estados Unidos, embora neste caso o que existia era uma rede de proteção social bem menos ampla do que a européia, porém bastante expressiva se comparada ao progressivo desmonte efetuado posteriormente. Em face da profunda crise econômica do início dos anos setenta, o ordenamento financeiro e jurídico, bem como suas contrapartes políticas, ofereceram como resposta, de um lado, a ênfase nas liberdades individuais e, de outro, o gradual alijamento das demandas por justiça social. Era iniciado assim algo que posteriormente viria a ser reconhecido como o neoliberalismo, um regime de doutrinas econômicas cujos impactos marcariam o debate estético e político nas décadas vindouras². Dessa forma, toda uma geração de trabalhadores, estudantes e intelectuais viu suas reivindicações serem frustradas no plano concreto da economia e da política. Não por acaso, tais decepções deixaram suas marcas na formulação do pensamento teórico. Aquilo que antes era visto como possibilidade de intervenção imediata na vida prática recebia agora o contravapor dos sonhos interrompidos³. O Estado, as grandes corporações e uma ampla gama de instituições não mais pareciam ser passíveis de transformação prática efetiva, ao menos não na escala e na abrangência anteriormente desejadas. Evidentemente que não apenas em virtude disso, mas sem dúvida sob o influxo desse contexto, muito da energia diagnóstica e de intervenção foi canalizada para a dimensão linguística e discursiva. Assim, o poder

não estaria mais em instituições externas, mas sim no próprio âmbito da linguagem. Como entidade poderosa a ser desmascarada, seria ela quem detinha o controle das interações humanas. No que diz respeito mais especificamente à crítica literária, o sentido de um texto não deveria ser procurado por meio e para além da linguagem: seu sentido seria algo produzido internamente, nela mesma. Dessa forma, os princípios da mimese e da representação da realidade na literatura foram colocados sob julgamento. Com outra roupagem, ressurgia o antigo embate acerca dos textos como reflexo da realidade ou como criadores de uma nova realidade. Agrupadas sob o guarda-chuva um tanto quanto heterogêneo do pós-estruturalismo, o viés linguístico das correntes críticas prevalentes era inegável e seu veredicto nesta questão não deixava dúvidas: os textos se alimentavam de si mesmos ou de outros textos e toda escrita seria uma forma de reescrita.

A ênfase na linguagem também trouxe para o primeiro plano a noção de sujeito, numa guinada que realizou uma profunda revisão no conceito de indivíduo tal como formulado pelo humanismo liberal. Essa revisão teve um impacto arrasador. Como lembra Baldick, não se jogou fora a possibilidade de liberdade, no entanto ela adquiriu tons mais sombrios: seríamos livres, porém apenas dentro dos limites impostos pela linguagem. A crença otimista no “homem”, no indivíduo exemplar proposto pelo humanismo liberal, cedia seu lugar para uma entidade bem mais modesta, o “sujeito”. Era abandonada a ilusão de um indivíduo consciente de suas ações, dono de seu destino, legítimo condutor de sua própria história. Em seu lugar surgia uma categoria gramatical, um Eu que na verdade tinha de sujeitar-se às leis da linguagem e da cultura. Embora respondendo às turbulências históricas da virada dos anos sessenta para os setenta, essa viravolta tinha como fundamento as teorias esboçadas no início do século vinte por Saussure – com destaque para sua ênfase na precedência do sistema linguístico sobre o evento linguístico, ou seja, quando as regras gerais da linguagem deviam ser obedecidas para que cada elocução individual pudesse ser compreendida e levada a efeito. Dentro dessa mesma lógica, também o indivíduo autônomo acabava por ceder espaço a uma concepção de sujeito que necessariamente tinha de prestar contas, de submeter-se a um sistema linguístico já preexistente e que era, de certa forma, soberano. Esse indivíduo é deslocado de sua posição central na interpretação de significados. Para substituí-lo, confere-se um papel preponderante às estruturas, aos processos impessoais e inconscientes, e à ideologia – como ressaltado pela filosofia de Roland Barthes, pela psicanálise de Jacques Lacan e pelo marxismo anti-dialético⁴ de Louis Althusser.

A linguagem que desestabiliza o sujeito também fragmenta a possibilidade da unidade orgânica da obra de arte. Não mais vista como eixo organizador, como produto final de uma mente criadora em pleno controle de seus recursos, a obra literária deixa de ser vista como o centro unificado em que o caos e a contradição estariam reorganizados, em equilíbrio dinâmico. A própria literatura seria renomeada “escrita” e a obra literária seria rebatizada “texto”. Se anteriormente uma das tarefas precípuas da crítica literária era a defesa de uma coesão norteadora que emergisse a partir dos detalhes aparentemente dispersos e díspares na obra, a palavra de ordem agora seria uma reversão dessa expectativa, combatendo exatamente a ideia de coerência e integridade temática a ser revelada pelo juízo analítico. Com efeito, dentro dessa nova proposição que tomava de assalto as correntes teóricas, quaisquer tentativas de ressaltar a unidade estética pertencente ao texto deveriam ser desmascaradas como um perigoso jogo de convivência, ou seja, como uma aceitação

tácita e uma projeção ideológica dos aparatos repressivos do poder hegemônico. De acordo como a nova terminologia, a unidade temática e o discurso unificado tinham de ser desconstruídos para que fossem expostos seus impasses, rupturas e arestas, num esforço para reposicionar a linguagem na sua complexa teia de significados. Por um lado, isso significou um avanço em relação à possibilidade de dar voz a uma série de conteúdos silenciados durante décadas; por outro lado, também deu ensejo a um nihilismo rebelde, como se a revelação de tais conteúdos na esfera da linguagem fosse o único gesto de resistência possível. Nesse sentido, desenvolvendo um pouco mais o esboçado por Baldick, talvez possamos sugerir que esta crítica dos limites da linguagem era fundamental, porém insuficiente, uma vez que a vida social não é produzida e reproduzida somente por meio da troca e da elaboração de significados, mas também pelo trabalho humano prático que estabelece relações concretas e objetivas de interação e de metabolismo com outros seres humanos e com a natureza.

Para retomarmos o ponto inicial, podemos dizer que a tríade que descrevemos até aqui – formada pela linguagem como foco de análise, pela noção de sujeito em substituição à de indivíduo e pela crítica ao conceito de unidade orgânica na obra – talvez tenha sido uma resposta possível dentro do contexto de retrocesso na possibilidade de conquistas reais na vida social. Ao mesmo tempo, tal resposta correu o risco de super dimensionar o potencial revolucionário e transformador das lutas travadas apenas no plano da linguagem. Não por acaso, no plano teórico muitas vezes a obra modernista foi escolhida como padrão a ser seguido e parâmetro para julgamento estético. E isso não apenas devido a desenvolvimentos internos da própria teoria literária e da elaboração estética, mas também como consequência de um contexto de múltiplas determinações, em que tanto o modernismo quanto o pensamento teórico reagiram, cada um em seu tempo, à racionalidade reificada e administrada pelo sistema produtor de mercadorias no capitalismo. Não contemplada nos comentários de Baldick, talvez valha a pena considerar a hipótese de que o modernismo também tenha revelado um dos momentos em que mais claramente as produções artísticas, a própria subjetividade e as mais variadas dimensões da vida humana passavam a ser tratados como mercadoria. Assim, o modernismo teria sido um ato de resistência e, ao mesmo tempo, uma demonstração dos limites da criação artística e teórica como instrumentos de intervenção. Nesse sentido, as correntes teóricas que elegeram o modernismo como parâmetro crítico talvez tenham estabelecido certas simplificações quando, por exemplo, igualaram radicalismo cultural a radicalismo político, com as experimentações formais sempre vistas em chave positiva, como inerentemente progressistas. Em consequência, num juízo geral, o texto modernista do século vinte acabava sendo considerado hierarquicamente superior ao texto realista do século dezenove, sem uma consideração mais cuidadosa das obras em particular, sem análises que procurassem atentar concomitantemente à forma e ao conteúdo, aos textos e aos contextos – algo que julgamos fundamental para uma leitura crítica verdadeiramente integradora dos objetos culturais.

Dado esse quadro geral, e a partir da proliferação de correntes teóricas nos anos sessenta e setenta, Baldick elabora dois grandes grupos em que se dividiriam, grosso modo, as vertentes críticas na sua manifestação em língua inglesa. Na sua sugestão, de um lado, estaria um primeiro grupo, cuja ênfase recairia sobre os textos e, de outro lado, estaria um segundo grupo, cujo foco seria os contextos. Tal divisão pode ser relevante e bastante útil para um primeiro momento de análise, porém seria importante destacar que as escolas de pensamento teórico nem sempre se encaixam de

maneira pura em um ou outro grupo. Sem dúvida no modelo proposto por Baldick restaria acrescentar que, como tendências e características dominantes, muitas das perspectivas teóricas enfocam primordialmente ora um, ora outro aspecto, umas mais atentas aos detalhes formais e outras mais atentas a dinâmicas contextuais. Em nosso entender, e esta parece ser umas das lições das últimas quatro décadas de desenvolvimento das teorias críticas, essa cisão limitadora entre forma e conteúdo, texto e contexto, precisa ser rompida, de modo a possibilitar que, na análise, os detalhes formais sejam reveladores de dinâmicas contextuais profundas, ao mesmo tempo em que aqueles não sejam tomados como simples reflexos destas. Noutras palavras, a limitação do diagnóstico estanque pode ser superada por meio de uma crítica que tenha a forma literária e o processo social como mutuamente determinantes, pois as formas têm uma história intra e extra literária e, por seu turno, os processos históricos também são sedimentados, formalizados. Dito isso, acompanharemos a divisão de Baldick tendo sempre como ressalva tratar-se de um modelo que posiciona determinadas escolas críticas de acordo com aspectos predominantes, perdendo muitas vezes, portanto, nuances e pormenores – além de não apontar para uma abordagem crítica que integre forma e processo social.

Começemos pelo primeiro grupo, aquele que se detém prioritariamente no caráter textual. Sendo, de certa forma, herdeiros tardios do estruturalismo francês, os teóricos da crítica literária em língua inglesa deram novo fôlego às proposições desse movimento. Tendo uma consistente divulgação no universo acadêmico britânico e americano ao longo dos anos setenta e início dos oitenta, a vaga estruturalista consistia numa revisão e redirecionamento da interpretação, preterindo o estudo de obras e autores individuais em favor da investigação de códigos que serviriam de linhas mestras para as obras literárias em geral. Nesse esforço de generalização importava menos o significado específico de um romance, de uma peça ou de um poema, e mais o modo e a maneira como tal significado era produzido. Nesse sentido, muitas narrativas poderiam ser reduzidas a poucos enredos básicos e implícitos, do mesmo modo que a maioria dos personagens seria nada mais que a variação de alguns poucos tipos. Como salientado por um dos expoentes dessa corrente, Jonathan Culler, a tendência anglo-americana de interpretar obras isoladas necessitava ser modificada em prol de uma varredura mais dilatada, que deixasse explícitas as convenções literárias e linguísticas subjacentes aos efeitos dos quais a literatura dependia. Mas um outro teórico importante, David Lodge, tinha uma visão um pouco mais afeita à tradição inglesa do “close-reading” na adaptação que realizava do estruturalismo. Para ele, a teoria literária não deveria prescindir de seu papel como veículo de leitura atenta com efeitos práticos para a interpretação de textos específicos, o que demonstra a importância do *New Criticism* na tradição crítica em língua inglesa. Isso talvez até possa explicar um ponto em comum partilhado por Culler e Lodge: viam com ressalvas a aposta do estruturalismo francês em leis atemporais da consciência humana que finalmente estariam à disposição da ciência. Assim, demonstram algo que poderia ter sido melhor explorado por Baldick: a importância inegável do *New Criticism* ao chamar atenção para aspectos formais – mesmo que tendo uma concepção limitada de forma, uma vez que ela é vista sem seus liames históricos e sociais – e fornecer de certa maneira um contrapeso a algumas das teses estruturalistas, teses estas que não raro desconsideram o específico do objeto sob análise.

Baldick destaca que para além desse viés estruturalista, as concepções de Culler encontraram ressonância em outra escola teórica, a chamada estética da recepção. A atenção que Culler dedica ao papel do leitor na construção de significados foi incorporada aos debates que floresceram principalmente sob os auspícios de Stanley Fish. Na concepção deste estudioso, o significado de um texto residiria na própria experiência da leitura, nas surpresas, nos ajustes e nas adaptações que os leitores têm de realizar ao longo do processo. A partir de meados dos anos setenta, Fish refinaria seu argumento, propondo não o texto, mas sobretudo a estratégia interpretativa aplicada durante a leitura como o fator determinante para a experiência do leitor. Assim, de acordo com sua perspectiva, os textos seriam reescritos pelos leitores. O sentido seria uma produção dependente de códigos sociais preexistentes utilizados por comunidades interpretativas, comunidades as quais fariam uso de estratégias específicas de elucidação textual. Entretanto, Baldick faz questão de colocar em relevo uma ironia que perpassa os desdobramentos e consequências em torno da teoria da recepção: o ímpeto inicialmente libertador, de atribuição de poder e de reconhecimento do leitor como protagonista no ato interpretativo, acaba por ser esmaecido, uma vez que, por estar inserido em comunidades interpretativas, este leitor é classificado – de acordo com seu perfil psicossocial e educacional – em modelos que, se considerados de maneira rígida, correm o risco de tolher o escopo de sua liberdade de interpretação.

Outra derivação do estruturalismo que achou guarida no território crítico anglo-americano foi a desconstrução. Dando prosseguimento às bases lançadas pela linguística de Saussure e pela filosofia de Nietzsche e de Heidegger, o lapso entre significante e significado foi levado a extremos: em última instância, a atribuição de um determinado sentido a um texto se revelaria uma impossibilidade. Como destaca Baldick, os partidários da desconstrução, muitos deles lecionando em Yale, radicalizaram também as ideias de ironia e ambiguidade tão caras ao *New Criticism* e procuraram mostrar ser irrealizável a descoberta de um significado orgânico e estável em um texto. Seguindo na trilha de Derrida, esses críticos propuseram que um texto poderia ser lido como se dissesse algo bastante diferente do que parecia estar dizendo, de modo que contivesse em si uma pluralidade de significados muitas vezes em contradição e até mesmo subvertendo o que a crítica via como uma acepção estável. Contra a acusação de que estavam destruindo os textos, tais críticos respondiam que a leitura praticada pela desconstrução visava não à destruição do texto, mas da dominação de um modo de significação sobre outro. Acresce ainda que, na já famosa formulação de Derrida, defendiam que não havia nada fora do texto, ou seja, que não se podia avaliar, criticar ou construir um sentido para um texto fazendo referência a algo externo a ele. Baldick pontua que isso não queria necessariamente dizer que não havia um mundo fora da linguagem, porém que a linguagem não podia nos levar para fora dela. Daí segue que as suas indeterminações seriam inalcançáveis, expondo os limites de quaisquer discursos de metalinguagem como a filosofia, a linguística e a própria crítica. Por outro lado, o grupo de Yale – principalmente Paul de Man, Geoffrey Hartman, J. Hillis Miller e Harold Bloom – utilizava esse aspecto da linguagem para defender a superioridade do registro literário em contraposição a outros discursos, tais como o político, o histórico e o filosófico. Propunham que, exatamente por assumir já de saída sua ficcionalidade e seu caráter retórico, a literatura não incorria na tentação ilusória da referencialidade, ou ainda, de uma suposta representação transparente. Assim, se outras abordagens teóricas ainda

podiam estar enredadas no caráter mimético e referencial da linguagem, para os defensores da desconstrução, ao menos na influente vertente de Yale, a pedra de toque era esta: a linguagem como fundamentalmente retórica e figurativa.

Num importante exercício de resgate histórico, Baldick enfatiza que a partir dos anos oitenta a desconstrução adquiriu, paradoxalmente, quase que um estatuto de nova hegemonia, um eixo de referência incontornável, em torno do qual várias tendências críticas tinham de travar diálogo. Em virtude disso, muitas das teorias de interpretação literária reorganizaram suas formulações e abandonaram pressupostos; outras negociaram conceitos e intercambiaram procedimentos; algumas reassumiram princípios e reavivaram contendas quase esquecidas. Das muitas vertentes do pós-estruturalismo à crítica cultural de viés materialista, passando pela psicanálise, pelo feminismo e pelo discurso pós-colonial, o impacto no mundo da crítica em língua inglesa foi notável. Em decorrência disso, discussões que tiveram sua gênese nos anos oitenta e princípios dos noventa ainda se fazem notar no começo do novo milênio. Tal conjuntura pode ficar ainda mais nítida ao observarmos o segundo grande grupo de teorias na divisão proposta por Baldick, aquelas que estariam mais preocupadas com os contextos em detrimento dos textos – embora, como dissemos anteriormente, tal qualificação merecesse ser melhor especificada e matizada pelo autor.

Passemos então a esse segundo grupo de teorias. Para que compreendamos o espírito geral que deu conformação a esse grupo, vale lembrar que, grosso modo, suas várias correntes e manifestações surgiram a partir de um terreno fértil de organização e mobilização social. Direitos relativos à igualdade entre os gêneros, ao reconhecimento das diferentes orientações sexuais, bem como a luta contra o racismo e contra todas as formas de opressão e exploração na sociedade estavam todos na ordem do dia. Para muitos dos que se achavam envolvidos nestas questões, as correntes filosóficas que se atinham aos aspectos instáveis e ilusórios da linguagem estavam de certa forma se ausentando da intervenção política mais efetiva, em que a conexão entre as palavras e o mundo tinha de ser feita e era fundamental. Não estabelecer tal ligação podia significar um comodismo mal informado, um pessimismo elitista ou simplesmente uma conviência dissimulada. Se a impotência diante da participação política mais efetiva fora mais um dos elementos que haviam estimulado a geração de um pensamento teórico preocupado, sobretudo, com as transformações possíveis dentro do texto, agora a mesma urgência histórica fazia com que novamente o pêndulo oscilasse, estimulando todo um movimento para que as “estruturas descessem às ruas” e a crítica não mais se limitasse a elementos internos da linguagem.

Baldick destaca que, nessa atmosfera convulsionada, carregada de esperança e incerteza, ressurgiu o interesse pela teoria cultural marxista e pelo trabalho de pensadores como Gramsci, Lukács, Benjamin e também Sartre, Adorno, Marcuse e Althusser. Particularmente para os críticos de extração britânica e norte-americana, essa influência seria frutífera para revigorar uma possibilidade de interpretação que não fosse esquemática, não estivesse alheia aos desdobramentos mais recentes de outros campos teóricos e que pudesse confrontar-se com os mecanismos de dominação e hegemonia nas sociedades onde a ordem capitalista mostrava novos desdobramentos. No mundo de língua inglesa Baldick seleciona, com acerto, três nomes principais: Raymond Williams, Terry Eagleton e Fredric Jameson.

Uma das preocupações primordiais de Williams foi combater, no campo materialista, a ortodoxia que propunha a separação estrita entre a base econômica e as

manifestações superestruturais, aquela determinando estas, como se a esfera cultural fosse o reflexo quase sem mediações do alicerce econômico da sociedade. Para o autor galês, a cultura deveria ser considerada ela mesma como material, com força e dinâmica específicas, porém sempre interligadas às demais instâncias sócio-históricas. Noutras palavras, na perspectiva de Williams a interpretação da literatura e da cultura tinha de ser dialética – numa abordagem, aliás, mais próxima do que haviam sugerido os próprios Marx e Engels: se, na concepção materialista da história, o elemento em última instância determinante era o modo como os seres humanos produziam e reproduziam sua vida real, isso não significava dizer que o elemento econômico era o único determinante, pois uma série de outros fatores – inclusive os culturais – estavam dialeticamente entretecidos nesse processo de produção e reprodução. Assim, Williams descreveria sua abordagem como sendo o materialismo cultural, em que a cultura seria analisada tanto a partir de seus produtos quanto de suas condições materiais de produção. Isso levaria também, como assinala Baldick, a uma acentuada ampliação das fronteiras do que poderia ser entendido como literatura, além de arregimentar uma série de outras manifestações e formações culturais investigadas sob um prisma interdisciplinar. Tal operação foi um dos componentes basilares do que viria a ser conhecido como Estudos Culturais.

As primeiras contribuições teóricas importantes de Terry Eagleton foram centradas na questão da ideologia. Embora nesse início ainda demasiadamente calcadas nos escritos de Althusser, suas análises são relevantes no sentido de apontar a capacidade que a literatura tem de expor e revelar aspectos recônditos da ideologia. A formulação artística não somente propagaria e reforçaria elementos ideológicos de uma determinada sociedade, mas também os reinterpretaria e, por meio deles, produziria uma nova visada. Tal obsessão investigativa de Eagleton, buscando o contraditório abaixo da superfície aparente, talvez tenha sido um dos motivos para que abandonasse a fase estruturalista e empreendesse um percurso ensaístico dos mais interessantes, em que cada vez mais passou a reconhecer, incorporar e criticar outras contribuições teóricas. Este é o caso de seu diálogo com o feminismo, a psicanálise e o pós-estruturalismo, por exemplo. Embora muitas vezes acusado, injustamente, de excessivo ecletismo, seu procedimento crítico acabou por contribuir para um necessário arejamento do debate teórico no universo de língua inglesa. Além disso, o pendor para a polêmica e para a sátira fez que os escritos de Eagleton conseguissem manter vivo, na melhor tradição do ensaio literário, o apelo para o engajamento político irônico e mordaz, na contracorrente dos consensos que viriam a se estabelecer no fim de século.

Desde seus primeiros trabalhos, o norte-americano Fredric Jameson procura trazer para a elaboração crítica tanto a multiplicidade de referências teóricas quanto o recorte analítico atento às mediações no objeto cultural em questão. No caminho aberto por Theodor Adorno, Jameson tenciona transitar dos detalhes formais de um texto até a posição em que este ocupa no mapeamento histórico das sociedades cindidas por antagonismos de classe. Outro movimento típico da prosa ensaística de Jameson é a apropriação do elenco conceitual não-marxista para a construção de uma rede interpretativa de voracidade espantosa, com o estabelecimento de correlações iluminadoras, porém num estilo de densidade um tanto quanto abstrusa. À semelhança do procedimento adotado por outros materialistas, também pareceu fazer do não-dogmatismo um roteiro a ser seguido para mapear a interação das obras com seu contexto, conseguindo extrair contribuições da psicanálise, da desconstrução, da

fenomenologia e da narratologia estruturalista, dentre outras. Acrescente-se a isso uma das operações que lhe são mais caras, derivada de Adorno e de Paul Ricoeur, segundo a boa formulação de Baldick: a necessidade de interpretar os textos tanto negativamente, desmistificando seus limites ideológicos, quanto positivamente, procurando a dimensão utópica na qual prenunciam a liberação humana.

Isso posto, Baldick retoma sua linha argumentativa e repõe em perspectiva histórica o interesse gerado pela teoria cultural marxista no universo de língua inglesa, ou seja, reconhece que a repercussão mais ampla da abordagem materialista não correspondeu ao ganhos qualitativos trazidos por essa análise. Em comparação a outras correntes teóricas, conforme transcorria a década de oitenta, o marxismo não teve o mesmo peso nem o mesmo impacto, ficando muitas vezes restrito ao âmbito dos departamentos universitários. À medida que uma nova onda conservadora se assenhoreava da esfera pública, foram as vertentes mais progressistas do feminismo e do pós-colonialismo que conseguiram romper o isolamento dos campi e amalgamar um espectro mais amplo de resistência, ficando credenciadas como um lugar teórico de renovada energia política. Isso não significa dizer que o conservadorismo dos anos Reagan e Thatcher aceitasse com mais facilidade o feminismo ou o pós-colonialismo, mas indica que o marxismo apenas teórico, de um lado, bem como a vulgata stalinista hegemônica nos partidos, de outro, não propiciavam a condição necessária para que uma série de novos desdobramentos históricos fossem contemplados. Já para os marxistas mais consequentes, envolvidos em lutas políticas reais e de há muito conscientes do que representara a falsificação stalinista, a igualdade de gênero e etnia era considerada condição fundamental para uma sociedade verdadeiramente justa.

O caso do feminismo talvez tenha sido o de maior visibilidade em termos de energia social congregada em torno de si. Por meio de ramificações que incluíram a obtenção de espaços nos meios de comunicação, de criação e manutenção de arenas para debate e de um ativismo organizado, o novo movimento feminista conseguiu romper os muros acadêmicos e também foi capaz de conciliar a investigação e a pesquisa com a contribuição dos desdobramentos reais que vinham da vida cotidiana. Concomitante a isso, e ao menos no universo britânico e norte-americano, a teoria feminista mostrou desde o início sua aptidão para a auto-consciência crítica, historiando seus próprios desenvolvimentos, nos seus impasses, polêmicas, rupturas e conquistas. De modo geral, três grandes fases conformariam seus principais momentos. Na primeira delas, ocorreu a denúncia dos estereótipos sexistas presentes em textos feitos essencialmente por homens e que necessitavam ser expostos em tudo o que carregavam de arbitrário e autoritário. Numa segunda fase, da denúncia da literatura produzida por homens passou-se à apreciação de textos elaborados por mulheres, valorizando o que ainda estava desconhecido ou reavaliando, sob luz feminista, o que fora gestado por mulheres e apropriado pelo patriarcado. Por fim, na terceira fase, de intenso diálogo com o pós-estruturalismo, tem início a chamada reelaboração do feminino, considerado agora como um efeito textual indeterminado, de caráter múltiplo e não necessariamente ligado às questões de gênero. Evidentemente o próprio Baldick nos alerta para o fato de que essa divisão por fases não significou um sucessão cronológica, rígida e sequencial, mas antes um fluxo de idas e vindas, em que não raro elementos de uma fase anterior permaneceram nas posteriores.

O trabalho de Kate Millet foi importante para denunciar a forma como o cânone literário tende muitas vezes a entronizar a figura do gênio masculino, do

criador, legítimo representante da cultura patriarcal e que emite seus juízos e opiniões para um público leitor formado por outros pares do mundo masculino. A naturalidade dessa atitude bem como a violência de seus pressupostos são ambas colocadas sob escrutínio, chamando a atenção para uma literatura hegemônica que segrega a maioria das mulheres, seja como produtoras, seja como consumidoras da obra de arte. No entanto, a abordagem de Millet muitas vezes não distingue a voz do personagem ou do narrador daquela do próprio autor, além de trabalhar com um conceito de forma literária que é imediato demais, como se não houvesse entre a realidade e o texto processos de recorte, seleção e síntese também eles significativos. Já uma autora como Elaine Showalter acrescenta ao indiciamento feito por Millet um elemento mais propositivo, inventariando um conjunto de escritoras cujo elo de ligação seria uma cultura comum partilhada. Esse projeto de Showalter não só lançou novo olhar para escritoras frequentemente estudadas como também trouxe à tona uma pletera de escritoras no mais das vezes relegadas, quando muito, às notas de rodapé da historiografia oficial. Outra contribuição fundamental adveio dos ensaios de Sandra Gilbert e Susan Gubar, que até certo ponto podem ser reunidas com Showalter na chamada segunda fase do feminismo. A chave interpretativa de Gilbert e Gubar procura identificar estratégias por meio das quais as escritoras resistem ao patriarcado, ao mesmo tempo em que têm de reprimir a indignação que sentem frente à injustiça ditada pelo mundo masculino. Empregando um viés psicológico, Gilbert e Gubar dissecam os custos psíquicos da repressão e da sintomatologia que aflora em resposta à opressão social. Contudo, na terceira fase do feminismo, Showalter, Gilbert e Gubar passaram a receber críticas em virtude do que, agora sob a influência do pós-estruturalismo, podia ser visto como excessiva certeza em relação à identidade feminina, algo que talvez devesse ser melhor apurado de modo a evitar a simplificação da oposição binária entre os domínios masculino e feminino. Diferenças de classe, etnia, orientação sexual e também de contexto sócio-histórico influenciam o tipo de experiências vivenciadas pelas mulheres, o que demonstraria a limitação do julgamento e da avaliação feitos a partir de um padrão universal.

Essa terceira fase do feminismo também denota uma nova dimensão nos debates críticos que a partir dos anos oitenta e noventa foram ganhando força. Trata-se do questionamento cada vez mais severo acerca da possibilidade de se teorizar a respeito de uma identidade essencial, pura – por exemplo, a mulher considerada em termos universais, sem toda uma série de condicionantes e qualificadores. Como proposto por Gayatri Spivak e outros críticos, a identidade seria composta por elementos múltiplos e contraditórios, com uma constituição híbrida e instável. Para além do feminismo, tal enfoque serviu para impulsionar as discussões da corrente teórica que se tornaria conhecida como pós-colonial, num contexto de culturas e línguas produzidas tanto nas antigas metrópoles, quanto nas ex-colônias e em múltiplos espaços fronteiriços, zonas de sombra da própria cultura hegemônica. Edward Said foi um dos principais analistas dessa nova tendência, discutindo a maneira como a história do ocidente recriou uma imagem estereotipada do oriente, atribuindo a este características em geral derrisórias. Para Said, essa operação constitui a criação de um discurso – no sentido de Foucault, como ressalta Baldick – em que a linguagem legitima o poder de dominação de uns sobre outros, quando alguns grupos são classificados e categorizados como inferiores para assim serem saqueados e destruídos, num combate de corretos, superiores e benévolos contra errados, subalternos e malévolos, como numa cruzada contra o eixo do mal. E com

esta nota tristemente contemporânea, talvez pudéssemos encerrar esse breve panorama – pois novos e velhos imperialismos parecem ter retornado de uma maneira assustadoramente regressiva, retomando um fio da meada que muitos julgaram estivesse interrompido para todo o sempre.

Antes de encerrar, porém, apenas algumas observações pontuais. Dado nosso objetivo inicial, que foi o de relatar algumas das tendências nas divisões e aproximações das escolas teóricas em língua inglesa, as leitoras e os leitores podem questionar as escolhas, as ênfases e as lacunas⁵. Acresce ainda que o período focado – da década de setenta até meados dos anos noventa – pode parecer uma certa arqueologia de debates ultrapassados. Todavia, é nossa convicção que, sem o conhecimento desse passado recente de nossa área de estudos, corremos o risco de não acompanharmos os novos desafios interpretativos que já começam a surgir no horizonte. Em relação ao período escolhido, parece-nos que muito do que veio a seguir foi um desdobramento do que surgira naquelas três décadas que encerraram o século, embora saibamos que tal asserção não está isenta de problemas. Melhor seria acompanhar detidamente, caso a caso, as polêmicas atuais e porventura estabelecer sua genealogia mais precisa. De todo modo, as generalizações e os grandes enquadramentos parecem muitas vezes já carregar em si mais o germe do desapontamento do que a possibilidade da utilidade didática. Nesse mesmo espírito, vale lembrar que em alguns momentos de nosso texto externamos nossa preocupação de que a cisão entre textos e contextos, entre formalistas e conteudistas, pode ser um tanto quanto precária e nem sempre pode ser útil. O próprio Baldick aborda, infelizmente de maneira muito breve, tal restrição. Numa passagem em que está discutindo as abordagens de Williams, Eagleton e Jameson, o autor sublinha que todos os três evitam confinar sua interpretação apenas ao conteúdo social ou histórico das obras, ou seja, procuram também averiguar a significação política das formas literárias. E este procedimento nos parece fundamental, de modo a evitar que a crítica fique restrita a um viés redutor, excessivamente especializado e que não consiga – ou nem ao menos tente – dar conta da soma de relações que estariam decantadas nas obras literárias ou nos objetos culturais.

A classificação proposta por Baldick tem em si um certo conteúdo de verdade, pois se, por um lado, pode ser tida como questionável, por outro lado, talvez reflita um dos limites críticos das escolas de interpretação: o fato de que, sob o pretexto da especialização, muitas vezes elas legitimam a divisão do trabalho intelectual, concentrando seus esforços em modelos de exegese que apostam na estrita separação e divisão entre disciplinas. Numa passagem em que comenta algumas das características da transição dos anos setenta para os oitenta, Terry Eagleton escreve:

“[por volta de 1980] surgi[a] uma nova geração de estudantes e teóricos da literatura, fascinada pela sexualidade mas entediada diante da questão da classe social, entusiasmada com a cultura popular mas ignorante da história do trabalho, cativada pela alteridade exótica mas apenas vagamente familiarizada com o funcionamento do imperialismo”⁶.

Para superar tal lapso, a economia política não pode ser descartada em favor de elementos textuais, elementos estes que, por seu turno, não podem ser relegados a meros coadjuvantes ou simples reagentes: na verdade, são fundamentais, e a história, a sociologia, a psicologia, a filosofia e tantos outros campos do saber estão neles condensados, como longos processos formalizados esteticamente. Isso significa não

apenas uma interdisciplinaridade justaposta, mas sobretudo entrelaçada, imbricada, para que o texto literário ou o objeto cultural seja estudado como uma síntese de múltiplas determinações diferentes, como uma unidade na diversidade.

Essa tentativa de superação que acabamos de descrever não é uma tarefa simples. Muitos historiadores da literatura comentam que até aproximadamente o século dezoito, a interpretação costumava se concentrar nos aspectos miméticos e didáticos de uma obra, enfocando o modo como os textos representariam a realidade e o contexto à sua volta, assim como transmitiriam conhecimentos e informação para o público a que se destinavam. A partir do século dezenove, o comentário interpretativo iria realçar o aspecto expressivo de uma obra, vista como veículo para a materialização e expressão de uma voz criadora. Durante o século vinte, teríamos finalmente a maior ênfase nos elementos formais dos textos, com o grande desenvolvimento das escolas de teoria literária, que sob diferentes ângulos destacariam a composição formal como cerne interpretativo⁷. Tal esboço é uma simplificação extrema, como já apontaram várias das teorias que a partir dos anos sessenta fizeram seu questionamento. Entretanto, ele nos dá ao menos uma perspectiva histórica para que, aproveitando aspectos já anteriormente privilegiados na história da teoria e da interpretação, e enriquecendo com os desdobramentos mais recentes das correntes teóricas, possamos romper alguns limites críticos: recuperar os elementos miméticos, didáticos, expressivos e formais para a apreciação, considerados agora em simbiose, entendendo a obra para além da separação entre texto e contexto, ou seja, como um decurso histórico formalizado, a ser examinado na totalidade do conjunto de suas relações.

Daniel Puglia

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Notas

¹ Chris Baldick. *Criticism and Literary Theory 1890 to the Present*. New York: Longman, 1996.

² Para a história dessas transformações, consultar os seguintes livros de David Harvey: *The Condition of Postmodernity*, Oxford: Blackwell Publishers, 1990 e *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford: Oxford University Press, 2005.

³ Aqui adotamos a premissa, infelizmente apenas brevemente enunciada por Baldick, de que os campos econômico, político, estético e filosófico formam uma constelação de elementos interconectados, de influência mútua; noutras palavras, a derrota no plano da participação política não foi evidentemente a causa única das transformações teóricas, porém pensar estas sem aquela significa ter um quadro menos abrangente da evolução das escolas críticas.

⁴ Embora o qualificador anti-dialético não tenha sido objeto de especial atenção na formulação de Baldick, julgamos necessária essa ênfase ao mencionarmos o assim chamado marxismo althusseriano, uma vez que, ao combater a herança dialética na conformação da crítica materialista, esse tipo de análise praticada por Althusser difundiu concepções dicotômicas e esquemáticas, muito aquém da complexidade da dialética materialista.

⁵ Para um quadro mais completo, consultar o livro de Chris Baldick. Trata-se de um primoroso trabalho de síntese histórica, com grande riqueza de detalhes e profundidade analítica, mesmo que eventualmente possamos discordar de algumas de suas classificações e agrupamentos.

⁶ Eagleton, T. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.341.

⁷ Para um bom resumo e concomitante crítica desse modelo esquemático, consultar Vincent. B. Leitch. (Org.). *The Norton Anthology of Theory and Criticism*. New York: W.W. Norton & Company, 2001, p.1-28.

Bibliografia:

- BALDICK, C. *Criticism and Literary Theory 1890 to the Present*. New York: Longman, 1996.
- BLOOM, H. *The Anxiety of Influence*. New York: Oxford University Press, 1973.
- CULLER, J. *Structuralist Poetics: Structuralism, Linguistics, and the Study of Literature*. London: Routledge, 1975.
- _____. *The Pursuit of Signs*. Ithaca: Cornell University Press, 1981.
- EAGLETON, T. *Marxism and Literary Criticism*. Berkeley: UC Press, 1976.
- _____. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FISH, S. *Is There a Text In This Class? The Authority of Interpretive Communities*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- GILBERT, S. and GUBAR, S. *The Madwoman in the Attic*. N. H.: Yale University Press, 1979.
- HARVEY, D. *The Condition of Postmodernity*, Oxford: Blackwell Publishers, 1990.
- _____. *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford: Oxford University Press, 2005.
- JAMESON, F. *Marxism and Form*. Princeton: Princeton University Press, 1971.
- _____. *The Prison-House of Language*. Princeton: Princeton University Press, 1972.
- LEITCH, V. (Org.). *The Norton Anthology of Theory and Criticism*. New York: W.W. Norton & Company, 2001.
- LODGE, D. (Org.). *20th Century Literary Criticism*. London: Longman, 1972.
- MAN, P. de. *Allegories of Reading*. New Haven: Yale University Press, 1979.
- MILLER, J. H. *Poets of Reality*. Cambridge: The Belknap Press, 1966.
- SAID, E. *Orientalism*. London: Penguin, 1978.
- _____. *The World, the Text and the Critic*. Cambridge: CUP, 1983.
- SHOWALTER, E. *A Literature of Their Own: British Women Novelists from Brontë to Lessing*. New York: Princeton University Press, 1977.
- SPIVAK, G. *The Post-Colonial Critic*. London: Routledge, 1990.
- WILLIAMS, R. *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.
- _____. *The Country and the City*. London: Paladin, 1975.

Resumo

O debate entre as teorias de interpretação literária ganhou novos contornos a partir dos anos setenta. Retomando com novo fôlego as antigas cisões entre texto e contexto, entre forma e conteúdo, diferentes teorias defenderam a ênfase ora num, ora noutro aspecto. O objetivo desse ensaio é acompanhar a história dessas discussões no universo das literaturas em língua inglesa. Tal história acarretou profundas transformações no modo como a interpretação literária passou a ser vista, além de gerar questionamentos sobre seus limites e desafios futuros.

Palavras-chave: Teoria Literária, crítica, história.

Abstract

Since the seventies the debate among the theories of literary interpretation has gained new dimensions. Old schisms between text and context, form and content, have been given new life with different theories defending either one or another aspect. The aim of this paper is to

follow the history of these discussions in the academic world of literature written in the English language. These controversies have led to profound transformations in the way literary interpretation has come to be seen, as well as raising questions concerning its limits and future challenges.

Keywords: Literary Theory, criticism, history.